CCR RodoAnel

Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

CNPJ/MF nº 09.387.725/0001-59

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia: 1.1. Aos acionistas: É com satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas., o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais da CCR RodoAnel, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhados do Relatório dos auditores independentes. **1.2. Apresentação:** O RodoAnel marca a retomada do Programa de Concessões de São Paulo e representa uma das principais soluções para o tráfego na Região Metropolitana de São Paulo. Com o pagamento da outorga de R$ 2,0 bilhões realizado em dois anos, o Estado de São Paulo teve recursos suficientes para concluir a construção do trecho sul do RodoAnel, que é um eixo de escoamento da produção agrícola e industrial para o Porto de Santos, bem como fluxo de veículos para o litoral paulista. A rodovia, conjugada ao trecho Sul, também é fundamental para desafogar o trânsito no sistema viário municipal da capital de São Paulo, a diminuição do número de caminhões nas marginais Tietê e Pinheiros e na Avenida dos Bandeirantes. O contrato de concessão tem o prazo de 30 anos, encerrando-se em 31 de maio de 2038, sendo que a cobrança de pedágio iniciou-se em 17 de dezembro de 2008. Atualmente, a empresa gera empregos em toda a região de influência de suas rodovias, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos 7 municípios no entorno das rodovias sob sua administração. A CCR RodoAnel tem como acionistas a CCR (98,9103%) e a Encalso Construções Ltda. (1,0897%) **1.3. Destaques do ano de 2015:** Destaques: financeiros • Liquidação de 2ª série da 2ª debêntures de R$ 550.000. • 4ª emissão de debêntures no valor de R$ 550.000.

2. Estratégia e Gestão: 2.1. Governança corporativa: Conselho de Administração Nós somos administrados por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. Nosso Conselho de Administração é, atualmente, composto por 6 (seis) membros efetivos, dentre os quais 1 (um) será eleito Presidente e 1 (um) Vice-Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por 2 (dois) membros, um Diretor Presidente que ocupa, também, o cargo de Diretor de Relações com Investidores e um Diretor Operacional. De acordo com o nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada e será composto por 8 (oito) membros efetivos, residentes no país, dentre os quais 1 (um) será eleito Presidente e outro Vice-Presidente, eleitos pela Assembleia Geral de Acionista para um mandato de 1 (um) ano, admitido a reeleição, devendo os mesmos permanecerem nos cargos até a posse dos novos membros eleitos. Competirá à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva funcionará em forma colegiada, deliberando sempre por consenso entre seus integrantes. Na hipótese de não ocorrer o esperado consenso, a matéria será submetida à deliberação do Conselho de Administração. Nossos Diretores são responsáveis pelo dia-a-dia de nossa administração e são eleitos pelo nosso Conselho de Administração para um prazo de mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, nossa Diretoria é composta por 2 (dois) membros, sendo um deles Diretor Presidente e o outro Diretor Operacional, conforme Estatuto Social da Companhia. Maiores informações e detalhes sobre a atuação da CCR no âmbito da governança corporativa podem ser encontrados em nosso site, por meio do endereço www.rodoaneloeste.com.br/ri **2.2. Gestão de pessoas:** A CCR RodoAnel acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Em 2015, foram investidos R$ 100 mil em programas de capacitação de 490 pessoas.

3. Desempenho Econômico-Financeiro: 3.1. Mercado: A CCR RodoAnel é a empresa responsável pela administração dos 32 quilômetros do trecho oeste do RodoAnel Mário Covas, no Estado de São Paulo, importante via que integra as Rodovias Raposo Tavares, Castello Branco, Anhanguera, Bandeirantes e Régis Bittencourt, por onde passam aproximadamente 245 mil veículos por dia, desempenhando papel fundamental no transporte de cargas.

3.2. Desempenho:

Em R$ mil	2015	2014	Variação %
Receita líquida	223.762	222.715	0,47%
Receita de pedágio	236.653	220.289	7,43%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	5.404	19.319	-72,03%
Outras receitas	2.389	2.007	19,03%
(-) Deduções da receita bruta	20.684	18.900	9,44%
(-) Custos e despesas (a)	171.377	173.748	-1,36%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	5.404	19.319	-72,03%
Demais custos e despesas	165.973	154.429	7,48%
(-) Resultado financeiro líquido	326.885	285.644	14,44%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	-93.313	-80.288	16,22%
Prejuízo líquido	-181.187	-156.389	15,86%
(+) Resultado financeiro líquido	326.885	285.644	14,44%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	-93.313	-80.288	16,22%
EBIT (b)	52.385	48.967	6,98%
Margem EBIT	23,41%	21,99%	1,4 p.p.
Margem EBIT ajustada (c)	23,99%	24,07%	-0,1 p.p.
(+) Depreciação/amortização	20.585	18.785	9,58%
EBITDA (b)	72.970	67.752	7,70%
Margem EBITDA	32,61%	30,42%	2,2 p.p.
(+) Provisão de manutenção (d)	2.843	1.990	42,86%
(+) Despesas antecipadas ao resultado (e)	73.578	73.578	0,0 p.p.
EBITDA ajustado	149.391	143.320	4,24%
Margem EBITDA ajustada (f)	68,42%	70,46%	-2,0 p.p.
Dívida bruta	1.907.188	1.898.302	0,47%
Investimentos	8.748	25.021	-65,04%
Veículos equivalentes (em milhares)	139.041	142.047	-2,12%

(a) Custos totais: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais. (b) Calculados de acordo com a Instrução CVM n° 527/12. (c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas líquidas sem considerar a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais. (d) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes vide notas explicativas 2 - Principais práticas contábeis (item "j") e 18 - Provisão de manutenção. (e) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes vide nota explicativa 9 - Pagamentos antecipados relacionados à concessão. (f) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, uma vez que igual valor, líquido de impostos, afeta os custos totais. **3.2.1. Receita operacional consolidada:** A receita de pedágio em 2015 totalizou R$ 236.653 (+7,4% sobre 2014) e representou 99% do total da receita (sem receita de construção). O incremento das receitas de pedágio é consequência da correção da tarifa média, que apresentou crescimento de 9,8%, já que o tráfego, medido em termos de veículos equivalentes, teve decréscimo de 2,1% em relação a 2014. **3.2.2. Custos e despesas:** Os custos totais apresentaram uma redução de 1,4% em relação a 2014, perfazendo R$ 171.377 no ano de 2015. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo: • Os custos de construção atingiram R$ 5.404. Os valores de investimentos da CCR RodoAnel acompanham o Cronograma de Investimentos acordado com o Poder Concedente. Neste ano os principais investimentos realizados foram: Recuperação de Obras de Arte Especiais; Implantação da 5ª faixa do km 14,5 ao km 24,4 e Implantação de Novas Passarelas. • A provisão de manutenção atingiu R$ 2.843 em 2015. Durante o exercício de 2015, foram realizadas revisões das estimativas dos custos da provisão de manutenção envolvendo, entre outros, a análise da periodicidade das obras de manutenção e sua conexão com os contratos de concessão, a estimativa dos custos a serem provisionados e a correspondente apuração do valor presente. • As despesas de depreciação e amortização somaram R$ 20.585 no ano de 2015. O crescimento de 9,6% decorre dos investimentos adicionais que entraram em operação, descrito na seção de investimentos. • O custo da outorga (que inclui a apropriação de despesas antecipadas) atingiu R$ 77.168. • Os custos e despesas de serviços totalizaram R$ 31.294, no ano de 2015, um aumento de 19,9%. Neste grupo temos os itens de prestadores de serviços, assim como os custos diretos relacionados à conservação especial da rodovia, tais como: estabilização de terraplenos, conservação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e túneis), obras de arte correntes (drenagem), entre outros. • Os custos e despesas com pessoal atingiu R$ 21.311 no ano de 2015, registrando aumento de 8,4%. Esse aumento deveu-se, principalmente, ao dissídio ocorrido em 2015. • Os outros custos e despesas (serviços públicos, aluguéis, marketing, viagens e outros) apresentaram um aumento de 12,1% e atingiram R$ 7.556 no ano de 2015. **3.2.3. Resultado financeiro:** No ano de 2015, o resultado financeiro líquido foi de R$ 326.885 negativos, comparado a um resultado de R$ 285.644 negativos em 2014. Houve aumento das receitas financeiras explicado, principalmente, pelo maior saldo de caixa, com consequente aumento do rendimento de aplicações financeiras. Compensando esse efeito, houve aumento na taxa CDI impactando os juros dos financiamentos já existentes e da dívida subordinada. Em maio de 2015 houve uma captação de R$ 550.000 que também influenciou no aumento das despesas financeiras de 2015. **3.2.4. Prejuízo do Exercício:** Em 2015, o prejuízo líquido atingiu R$ 181.187, apresentando um aumento de 15,9% em relação a 2014. **3.2.5. Dívida:** Em 2015, a dívida bruta consolidada com debêntures alcançou R$ 1.907.188 em comparação a R$ 1.898.302 em 2014. O crescimento da dívida deveu-se, principalmente, à 4ª emissão de debêntures, no valor de R$ 550.000 e à liquidação da 2ª emissão de debêntures, no valor de R$ 550.000, ambas realizadas em maio de 2015. **3.2.6. Investimentos:** No acumulado do ano de 2015, os investimentos somaram R$ 12.892. Os investimentos, principalmente aqueles em obras de grande porte, têm contribuído significativamente para melhoria da qualidade de vida e segurança da população lindeira e dos usuários em geral. Dentre os principais investimentos realizados em 2015, destaca-se a implantação da 5ª faixa do km 14,5 ao km 24,4, visando o aumento de capacidade do tráfego e a melhoria da fluidez na rodovia.

4. Sustentabilidade: O Grupo CCR adota princípios como transparência e equidade, e é considerado uma referência no mercado. Dentre os comitês de gestão que integram o Conselho de Administração da CCR, o Comitê de Estratégia e Sustentabilidade tem a responsabilidade de garantir a inclusão de aspectos socioambientais na gestão de riscos e estratégia de crescimento do Grupo. O Grupo CCR trabalha suas estratégias de negócio por meio de um processo de gestão integrada, buscando gerar valor nos seguintes capitais: • Capital financeiro: redução de custos, geração de receitas e acesso ao capital; • Capital social: desenvolvimento local, isto é, inclusão social, educação, saúde, cultura e esporte; • Capital humano: treinamento, capacitação, qualidade de vida, inovação e realização pessoal; • Capital manufaturado: infraestrutura e equipamentos para a empresa desenvolver seus serviços; • Capital natural: redução de poluição e redução da degradação dos sistemas naturais; • Capital intelectual: conhecimento e propriedade intelectual. **4.1. Desempenho Social: 4.1.1. Capital Social e de Relacionamento - Stakeholders:** No que diz respeito ao capital social, a CCR RodoAnel desenvolve e apoia diversos projetos junto a seus públicos de relacionamento. Os projetos que mais se destacaram em 2015, foram: **Teatro de Mãos Dadas** - Apresentação de Teatro que visa promover conceitos de cidadania, com foco principal nas questões de segurança viária (cinto de segurança, travessia segura e empinar pipas sem cerol), realizado voluntariamente por colaboradores da empresa mediante agendamento via relacionamento com Prefeituras das cidades do entorno da rodovia. **Contribuição Social para com as Comunidades onde atua** - A CCR RodoAnel contribuiu socialmente através da campanha de agasalhos que foram doados às entidades filantrópicas e às comunidades carentes existentes ao longo da rodovia administrada pela CCR RodoAnel. As ações destacadas acima foram realizadas através de doações/parcerias e de trabalho voluntário dos colaboradores da CCR RodoAnel. **4.1.2. Capital Humano e Intelectual:** A Companhia trabalha ativamente de maneira a desenvolver seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2015, ocorreram diversos treinamentos destacando-se: Programa de Desenvolvimento de Lideranças (PDL), Programa de Trainee, SuperInteração/Gestão Participativa (disseminação aos colaboradores das metas pactuadas para o ano e resultados do ano anterior), Programa de Formação de Novos Líderes (capacitação de colaboradores recém promovidos aos cargos de liderança), Reciclagem de rotinas administrativas para líderes, Programa Aprimorando e Programa de Integridade e Conformidade. **4.2. Desempenho Ambiental: 4.2.1. Capital Natural:** A CCR RodoAnel possui um programa estruturado com metas, recursos e responsáveis definidos para a gestão de recursos ambientais. Este programa tem foco a melhoria contínua, baseada em abordagens preventivas de gestão ambiental, visando o uso ou consumo sustentável de recursos naturais renováveis no longo prazo. No ano de 2015 a CCR RodoAnel implantou o SGI – Sistema de Gestão Integrado, integrando as ações de Qualidade, Meio Ambiente, Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional, conquistando as certificações ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001. No que concerne a emissão de Gases do Efeito Estufa, em 2015 a CCR RodoAnel atingiu suas metas e reduziu suas emissões absolutas e relativas diretas. Em 2015 o consumo de água foi reduzido em 21,84% em comparação ao ano de 2014. Entre as ações realizadas estão o reuso de água nos processos na sede da Companhia e a implantação de captação de água de chuva em algumas instalações. **4.2.2. Capital Manufaturado:** No RodoAnel Oeste, através do equipamento cepilhamento que se trata de uma espécie de lixamento, conseguiu-se reduzir os níveis de irregularidades no pavimento de concreto, deixando as faixas de rolamento com maior conforto e segurança ao usuário, sem necessidade de demolição de placas para tal correção. Foram investidos R$ 585 no cepilhamento, proporcionando maior conforto dos usuários na rodovia. Anualmente a CCR Rodoanel mede o QI (quociente de irregularidade), índice que mede o conforto na rodovia. Em 2014 foi identificado que, após o cepilhamento, a rodovia se manteve nos níveis de conforto desejados no contrato de concessão.

5. Considerações Finais: 5.1. Agradecimentos: Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da CCR RodoAnel. **5.2. Auditores Independentes:** Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não foram contratados Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa.

Barueri, 22 de fevereiro de 2016.

A Administração.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2015	2014
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	23.538	20.043
Contas a receber	7	1.251	1.168
Contas a receber - partes relacionadas	8	14.587	12.610
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	73.578	73.578
Despesas antecipadas		1.037	1.008
Outros créditos		923	1.039
Total do ativo circulante		114.914	109.446
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais		133	116
Impostos a recuperar		15	15
Ativo fiscal diferido	10b	232.794	139.481
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	1.575.795	1.649.373
Outros créditos		123	104
Mútuos - partes relacionadas	8	331.355	330.526
		2.140.215	2.119.615
Imobilizado	11	31.219	34.146
Intangível	12	328.406	327.020
Diferido	13	18.465	24.621
Total do ativo não circulante		2.518.305	2.505.402
Total do ativo		2.633.219	2.614.848

Passivo	Nota	2015	2014
Circulante			
Debêntures	14	796.043	586.943
Fornecedores	15	6.223	9.515
Impostos e contribuições a recolher		2.325	1.962
Obrigações sociais e trabalhistas		2.677	2.572
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	8	136	109
Obrigações com o poder concedente		322	284
Provisão de manutenção	17	2.928	255
Outras contas a pagar		82	663
Total do passivo circulante		810.736	602.303
Não circulante			
Debêntures	14	1.109.486	1.309.328
Impostos e contribuições a recolher		74.374	57.690
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	16	669	574
Provisão de manutenção	17	2.187	4.542
Mútuos - partes relacionadas	8	830.177	735.634
Total do passivo não circulante		2.016.893	2.107.768
Passivo a descoberto			
Capital social	18	917.700	835.700
Prejuízos acumulados		(1.112.110)	(930.923)
Patrimônio líquido negativo		(194.410)	(95.223)
Total do passivo e passivo a descoberto		2.633.219	2.614.848

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de dezembro de 2014		700.000	(774.534)	(74.534)
Aumento de capital		135.700	-	135.700
Prejuízo do exercício		-	(156.389)	(156.389)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		835.700	(930.923)	(95.223)
Aumento de capital	18	82.000	-	82.000
Prejuízo do exercício		-	(181.187)	(181.187)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		917.700	(1.112.110)	(194.410)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2015	2014
Receita operacional líquida	19	223.762	222.715
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(5.404)	(19.319)
Provisão de manutenção	17	(2.843)	(1.990)
Depreciação e amortização		(18.743)	(16.873)
Custo da outorga		(77.168)	(76.914)
Serviços		(27.419)	(22.047)
Custo com pessoal		(20.121)	(18.599)
Materiais, equipamentos e veículos		(4.222)	(3.339)
Outros		(4.447)	(3.378)
		(160.367)	(162.459)
Lucro bruto		63.395	60.256
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesa com pessoal		(1.190)	(1.065)
Serviços		(3.875)	(4.046)
Materiais, equipamentos e veículos		(994)	(903)
Depreciação e amortização		(1.842)	(1.912)
Outros		(3.109)	(3.363)
		(11.010)	(11.289)
Resultado antes do resultado financeiro		52.385	48.967
Resultado financeiro	20	(326.885)	(285.644)
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		(274.500)	(236.677)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	10a	93.313	80.288
Prejuízo do exercício		(181.187)	(156.389)
Prejuízo por ação ordinária - R$		0,2088	0,2009
Prejuízo por ação preferencial - R$		0,2088	0,2009

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2015	2014
Prejuízo do exercício	(181.187)	(156.389)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(181.187)	(156.389)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

VISITE NOSSAS LIVRARIAS:

· livraria.imprensaoficial.com.br – Livraria Virtual

· Rua XV de novembro, 318 – 2ª a 6ª das 9h as 18h

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

continuação

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 *(Em milhares de Reais)*

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(181.187)	(156.389)
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(93.313)	(80.288)
Apropriação de despesas antecipadas relacionadas à concessão	73.578	73.578
Depreciação e amortização	20.585	18.785
Baixa de ativo imobilizado	4	624
Capitalização de custo de empréstimos	(4.144)	(4.116)
Juros sobre debêntures	264.989	217.102
Constituição e reversão da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	1.310	1.313
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(96)	106
Constituição de provisão de manutenção	2.843	1.990
Ajustes a valor presente da provisão de manutenção	603	355
Juros e variação monetária sobre mútuos com partes relacionadas	67.659	76.199
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	13	(277)
Contas a receber - partes relacionadas	(1.977)	(1.161)
Despesas antecipadas	(29)	215
Outros créditos e depósitos judiciais	80	(470)
(Aumento) redução dos passivos		
Fornecedores	(3.292)	548
Fornecedores - partes relacionadas	27	85
Obrigações sociais e trabalhistas	105	137
Impostos, contribuições a recolher e provisão de imposto de renda e contribuição social	363	48
Obrigações com o poder concedente	38	21
Pagamentos de riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	(1.215)	(863)
Realização da provisão de manutenção	(3.128)	(1)
Outras contas a pagar	(581)	535
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**143.235**	**148.076**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(3.343)	(5.702)
Aquisição de ativo intangível	(5.405)	(19.319)
Mútuos com partes relacionadas - recebimento	42.739	-
Caixa proveniente das atividades de investimento	**33.991**	**(25.021)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Debêntures:		
Captações	548.647	559.312
Pagamentos de principal	(550.000)	(500.095)
Pagamentos de juros	(254.378)	(204.650)
Integralização de capital	82.000	24.700
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	**(173.731)**	**(120.733)**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**3.495**	**2.322**
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	20.043	17.721
No final do exercício	23.538	20.043
	3.495	**2.322**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto Operacional: A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede da Companhia está localizada na Avenida Marcos Penteado de Ulhoa Rodrigues, 690 - sala 11 - 1º andar, bairro Tamboré na cidade de Barueri, Estado de São Paulo. A Companhia, sob o regime de concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do trecho Oeste do Rodoanel Mário Covas, tendo início no km 0+000 na Av. Raimundo Pereira de Magalhães (Km 24 da Estrada Velha de Campinas - SP 322) e terminando na altura do Km 278+800 da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), incluindo o dispositivo de intersecção com a Rodovia Régis Bittencourt, correspondente ao Lote 24 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, tem por objeto a exploração do Sistema Rodoviário que compreende: a) Execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados; b) Apoio na execução dos serviços não delegados; c) Gestão dos serviços complementares, na forma do Regulamento da Concessão, compreendendo execução, gestão e fiscalização. O prazo da concessão é de 30 (trinta) anos, contados da data da transferência de controle do sistema existente, ou seja, 1º de junho de 2008, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no Contrato de Concessão nº. 001/ARTESP/2008. A Concessionária iniciou suas operações em 17 de dezembro de 2008. A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão: ***Ampliações e melhoramentos:*** • Implantação de Faixas Adicionais entre a Rodovia Castello Branco e a Rodovia Raposo Tavares; • Implantação de Vias Marginais entre o dispositivo da Padroeira e a Rodovia Raposo Tavares; • Implantação de seis passarelas para pedestres; • Melhorias nos dispositivos de entroncamento da Padroeira e da Rodovia Castello Branco; • Construção de viaduto - Passagem Superior da estrada velha de Cotia; • Implantação de Barreiras Acústicas em determinados trechos da Rodovia; • Sistema de Monitoração de Tráfego, incluindo CFTV e analisadores de Tráfego; • Sistema de Telecomunicações, incluindo Telefones de Emergência e Painéis de Mensagem Variável; • Sistema de Arrecadação, incluindo a implantação de praças de pedágio; e • Sistema de Controle de Fiscalização, incluindo a implantação de postos de pesagem. ***Bens reversíveis:*** No final do período de concessão da rodovia, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. A concessionária terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão. ***Outras informações relevantes:*** **i. Ação Popular - Lei Estadual nº 2.481/53 que limita instalações de pedágio no raio de 35 km do marco zero da Capital de São Paulo:** Trata-se de ação popular proposta por único autor, Cesar Augusto Coelho Nogueira Machado, em face do Estado de São Paulo, da ARTESP e dos acionistas do RodoAnel Oeste, CCR e Encalso Construções Ltda., com pedido de anulação das cláusulas do contrato de concessão, protocolada em 15 de dezembro de 2008. Em 08 de janeiro de 2009, foi deferida liminar determinando a paralisação da cobrança de pedágio, tendo a controlada RodoAnel Oeste recebido e acatado determinação da Agência Reguladora neste sentido, por não ser parte da ação. Em 09 de janeiro de 2009, em virtude de Suspensão de Liminar apresentada pelo Estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça suspendeu tal decisão, restabelecendo a cobrança de pedágio até trânsito em julgado do processo. A ação foi julgada procedente. O Governo de São Paulo/Fazenda do Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram recurso perante o Tribunal de Justiça de São Paulo inclusive contra a aplicação imediata da sentença, tendo em vista a anterior decisão do Tribunal de Justiça, que suspendeu os efeitos até o trânsito em julgado da ação, o que foi deferido. O recurso de apelação do Estado de São Paulo foi provido para anular o processo desde a citação, a fim de que o autor emende a petição inicial. A CCR e a Encalso interpuseram embargos de declaração, que foram rejeitados. Em 16 de fevereiro de 2012 foram interpostos recursos excepcionais ao STJ e STF, os quais tiveram o seguimento negado. Contra estas decisões foram apresentados agravos em janeiro de 2015. Neste momento, aguarda-se o julgamento destes agravos denegatórios de seguimento de Recursos Especial e Extraordinário. **ii. Reajuste 2014:** A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável). Em 02 de julho de 2014, a Concessionária propôs Ação de Procedimento Ordinário nº 1026963-78.2014.8.26.0053, visando a aplicação do índice previsto no respectivo Contrato de Concessão às tarifas de pedágio. No caso do RodoAnel, o índice não contratual foi superior ao contratual. Todavia, pela irregularidade, a concessionária requereu o índice correto. Em 03 de março de 2015 foi publicada sentença julgando procedente a ação. Em 09 de março de 2015, foram opostos embargos de declaração pelo RodoAnel, pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo. Após julgamento dos embargos de declaração, a ARTESP e o Estado de São Paulo interpuseram recursos de apelação, que aguardam julgamento pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Os efeitos da sentença estão suspensos devido a suspensão de liminar deferida pelo Presidente do TJSP em 13 de agosto de 2014. **iii. Reajustes de tarifas de pedágio - Concessões do Estado de São Paulo:** Reajuste de 2013: O Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGPM (Fundação Getúlio Vargas) e definir várias medidas de compensação da sua não cobrança dos usuários, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% sobre a receita bruta, previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar. Para efetivar tais deliberações, foram adotadas as seguintes medidas: (i) o secretário estadual de logística e transportes editou a Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013 e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável. As medidas de compensação e eventual reequilíbrio da diferença não foram ainda equacionadas junto às Concessionárias, pela ARTESP.

2. Principais práticas contábeis: As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia. ***a) Apuração do resultado:*** Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. ***b) Receitas de serviços:*** As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Receitas de construção: Segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com CPC 17 - Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. ***c) Instrumentos financeiros:*** • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. • Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. • Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização. • Capital social: *Ações ordinárias:* Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. *Ações preferenciais:* As ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a dividendo de 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias. ***d) Caixa e equivalentes de caixa:*** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. ***e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida:*** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. ***f) Ativo imobilizado:*** • Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. • Depreciação: A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. ***g) Ativos intangíveis:*** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados: São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil estimada. • Direito de exploração de infraestrutura - vide item "q". ***h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):*** • Ativos financeiros: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. ***i) Provisões:*** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. ***j) Provisão de manutenção - contratos de concessão:*** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento. ***k) Receitas e despesas financeiras:*** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. ***l) Capitalização dos custos dos empréstimos:*** Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção. ***m) Benefícios a empregados:*** • Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. ***n) Imposto de renda e contribuição social:*** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, de 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração. ***o) Resultado por ação:*** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. ***p) Direito da concessão:*** Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 23) com base nos termos contratuais, sob o entendimento dos contratos de concessão destas investidas serem contratos executórios.

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

continuação

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

A Administração da Companhia avalia que estes contratos de concessão podem ser encerrados sem custos relevantes que não sejam indenizados. ***q) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1):*** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. ***r) Gastos pré-operacionais:*** A partir de 1º de janeiro de 2009, os gastos pré-operacionais não podem mais ser capitalizados e, consequentemente, passaram a ser registrados como despesas operacionais, com exceção daqueles que se qualificam como composição do custo dos ativos, a exemplo de custos de pessoal diretamente vinculados ao processo de aquisição e preparação dos ativos para funcionamento, bem como custos de empréstimos relacionados à aquisição dos ativos enquanto estes estiverem em construção. Os saldos existentes no ativo diferido em 31 de dezembro de 2008, estão sendo mantidos nesta conta até a sua completa amortização conforme opção descrita no item 20 do CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida para a Lei nº 11.941/09. ***s) Novos pronunciamentos e interpretações:*** Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2015 pelo International Accounting Standards Board - IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações à IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível.	(a)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Revisão em 2014, contém exigências para: (a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (b) metodologia de redução ao valor recuperável; (c) contabilização geral de *hedge.*	(b)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.	(b)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016; (b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. Adicionalmente, o pronunciamento e a interpretação emitidos pelo IASB, listado a seguir, entrou em vigor no presente exercício e, portanto foi adotado pela Companhia em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IAS 19 - Planos de benefícios definidos - Contribuições dos empregados	Esclarece como uma entidade deve contabilizar as contribuições feitas por empregados ou terceiros que estejam relacionadas aos serviços prestados aos planos de benefícios definidos, levando em consideração se essas contribuições dependem da quantidade de anos de serviços prestados pelo empregado.

3. Apresentação das demonstrações financeiras: Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973, em conversão à MP nº 627/2013, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e às novas normas contábeis, entre outras providências, a qual foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2015. A Administração não optou pela adoção de forma antecipada desta lei em 2014. ***Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):*** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Em 22 de fevereiro de 2016, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras. ***Base de mensuração:*** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial: • Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado. • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. ***Uso de estimativas e julgamentos:*** A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota			
2	Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC 01 (R1)	11	Depreciação do ativo imobilizado
		12	Amortização dos ativos intangíveis
7	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	17	Provisão para riscos
		18	Provisão de manutenção
10b	Impostos diferidos	22	Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Investimentos em títulos financeiros: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados.

5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; e c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos, que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativo às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6 e 14. As tarifas de pedágio são atualizadas anualmente pela variação do IPCA. **c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Os compromissos futuros relacionados a liquidação de obrigações financeiras, serão honrados através de novas captações no mercado financeiro e ou aportes adicionais de capital dos investidores. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos (valores brutos dos custos de transação), por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos
Debêntures	797.188	1.110.000

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R$ 695.822, substancialmente composto por debêntures a pagar, conforme mencionado na nota explicativa nº 14. Essas dívidas são formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

6. Caixa e equivalentes de caixa	**2015**	**2014**
Caixa e bancos	847	636
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	22.691	19.407
	23.538	20.043

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,46% do CDI, equivalente a 13,10% ao ano (8,02% ao ano em 31 de dezembro de 2014).

7. Contas a receber	**2015**	**2014**
Vale pedágio	1.233	1.021
Outros	68	293
	1.301	1.314
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	(50)	(146)
	1.251	1.168

O quadro a seguir resume os saldos a receber por data de vencimento:

	2015	**2014**
Créditos a vencer	1.247	1.067
Créditos vencidos até 60 dias	4	88
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	-	13
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	6	39
Créditos vencidos há mais de 180 dias	44	107
	1.301	1.314

(a) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, baseado no histórico de perda da Companhia.

8. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2015 e 2014, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chaves da administração e outras partes relacionadas.

	Transações				Saldos			
					Ativo		Passivo	
	Serviços prestados	Receitas	Receitas financeiras	Despesas financeiras	Contas a receber	Mútuos	Mútuos	Fornecedores e contas a pagar
Controladora								
CCR S.A. (a) e (b)	204	-	-	101.657	-	-	762.747	16
Outras partes relacionadas								
AutoBAn (c)	-	-	36.266	-	-	275.824	-	-
NovaDutra (c)	-	-	1.964	-	-	14.937	-	-
ViaOeste (c) e (d)	-	115	5.338	-	23	40.594	-	18
Encalso Construções Ltda. (e)	-	-	-	9.570	-	-	67.430	4
CGMP (f)	-	-	-	-	14.564	-	-	-
CPC (g)	1.246	-	-	-	-	-	-	98
Total circulante, 31 de dezembro de 2015					14.587	-	-	136
Total não circulante, 31 de dezembro de 2015					-	331.355	830.177	-
Total, 31 de dezembro de 2015	1.450	115	43.568	111.227	14.587	331.355	830.177	136
Total circulante, 31 de dezembro de 2014					12.610	-	-	109
Total não circulante, 31 de dezembro de 2014					-	330.526	735.634	-
Total, 31 de dezembro de 2014	1.266	-	7.108	83.307	12.610	330.526	735.634	109

Na AGO realizada em 30 de abril de 2015, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R$ 1.000, a qual não inclui os encargos sociais. (a) Contratos de mútuo, remunerados à variação acumulada de 105% do CDI com a controladora CCR, com vencimento previsto em 15 de novembro de 2024; (b) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR - Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês; (c) Cessão de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória - MP 651/14, remunerada a taxa de 105% do CDI. Os juros serão recebidos semestralmente, em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando ocorrerá o recebimento do principal; (d) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores; (e) Contratos de mútuo, remunerados à variação acumulada de 105% do CDI com a empresa Encalso. Com vencimento previsto em 15 de novembro de 2024; (f) Referem-se às receitas de pedágio eletrônico cobradas de usuários do Sistema Sem Parar, os quais serão repassados à Companhia nos meses subsequente; (g) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês.

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão	**2015**	**2014**
Circulante		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	73.578	73.578
Não circulante		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	1.575.795	1.649.373

Durante os meses de maio de 2008 a maio de 2010 foram efetuados pagamentos antecipados ao Poder Concedente, relacionados à outorga. Esses valores foram registrados no ativo e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo da concessão.

10. Impostos diferidos: a. **Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos:** A conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada a seguir:

	2015	**2014**
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(274.500)	(236.677)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	93.330	80.470
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas com brindes e associações de classe	(45)	(84)
Despesas indedutíveis	16	(101)
Provisão para participação nos resultados (PLR)	12	-
Outros ajustes tributários	-	3
	(17)	(182)
Imposto de renda e contribuição social	93.313	80.288
Impostos diferidos	93.313	80.288
Alíquota efetiva de impostos	34%	34%

b. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Bases ativas	**2015**	**2014**
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	251.127	156.646
Provisão para participação nos resultados (PLR)	208	186
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	260	222
Provisão para riscos trabalhistas	227	195
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	8.781	9.339
Depreciação e juros sobre arrendamento mercantil financeiro	97	84
Receita financeira a apropriar	864	1.153
Provisão para fornecedores	-	152
	261.564	167.977
Bases passivas		
Pagamento de juros e principal - arrendamento mercantil financeiro	(83)	(83)
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(28.687)	(28.413)
	(28.770)	(28.496)
Ativo diferido líquido	232.794	139.481

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos: (a) A Companhia estima recuperar os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social a partir do exercício de 2020. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a estas previsões. A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo inferior ao acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital. (b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da Lei nº 12.973/14 (fim do RTT).

11. Ativo Imobilizado:

Movimentação do custo	**2014**	**2015**			
	Saldo inicial	**Adições**	**Baixas**	**Transferências (a)**	**Saldo final**
Móveis e utensílios	1.216	-	(3)	137	1.350
Máquinas e equipamentos	21.898	-	(1)	(142)	21.755
Veículos	2.446	-	(123)	608	2.931
Equipamentos operacionais	24.358	-	(34)	4.989	29.313
Imobilizado em andamento	4.979	3.782	-	(5.659)	3.102
	54.897	3.782	(161)	(67)	58.451

	2013	**2014**			
	Saldo inicial	**Adições**	**Baixas**	**Transferências (a)**	**Saldo final**
Móveis e utensílios	945	-	(4)	275	1.216
Máquinas e equipamentos	19.685	61	(39)	2.191	21.898
Veículos	1.832	-	(1.019)	1.633	2.446
Equipamentos operacionais	22.492	267	(12)	1.611	24.358
Imobilizado em andamento	4.943	5.784	-	(5.748)	4.979
	49.897	6.112	(1.074)	(38)	54.897

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R$ 439 em 2015 (R$ 410 em 2014). A taxa média de capitalização em 2015 foi de 13,78% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 10,86% a.a. em 2014.

Movimentação da depreciação		**2014**	**2015**			
	Taxa média anual de depreciação %	**Saldo inicial**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências (a)**	**Saldo final**
Móveis e utensílios	10	(398)	(136)	2	1	(531)
Máquinas e equipamentos	11	(6.606)	(2.452)	1	210	(8.847)
Veículos	24	(537)	(695)	123	-	(1.109)
Equipamentos operacionais	15	(13.210)	(3.349)	31	(217)	(16.745)
		(20.751)	(6.632)	157	(6)	(27.232)

		2013	**2014**		
	Taxa média anual de depreciação %	**Saldo inicial**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo final**
Móveis e utensílios	10	(285)	(115)	2	(398)
Máquinas e equipamentos	11	(4.429)	(2.206)	29	(6.606)
Veículos	24	(600)	(346)	409	(537)
Equipamentos operacionais	16	(10.022)	(3.198)	10	(13.210)
		(15.336)	(5.865)	450	(20.751)

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

continuação

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

12. Ativos intangíveis

Movimentação do custo

	2014		2015	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	351.007	9.110	(82)	360.035
Direitos de uso de sistemas informatizados	733	-	149	882
	351.740	9.110	67	360.917

	2013		2014	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	327.982	23.025	-	351.007
Direitos de uso de sistemas informatizados	695	-	38	733
	328.677	23.025	38	351.740

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R$ 3.705, em 2015 (R$ 3.706 em 2014). A taxa média de capitalização em 2015 foi de 13,78% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 10,86 % a.a. em 2014.

Movimentação da amortização

		2014	2015		
	Taxa média anual de amortização %	Saldo Inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(24.253)	(7.664)	6	(31.911)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(467)	(133)	-	(600)
		(24.720)	(7.797)	6	(32.511)

		2013	2014	
	Taxa média anual de amortização %	Saldo Inicial	Adições	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(17.607)	(6.646)	(24.253)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(349)	(118)	(467)
		(17.956)	(6.764)	(24.720)

(*) Amortização pela curva de benefício econômico (curva de tráfego).
(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

13. Diferido

		2015			2014		
	Taxa média anual de amortização %	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Juros sobre notas promissórias	10	40.591	(28.416)	12.175	40.591	(24.357)	16.234
Custos e despesas com pessoal	10	1.802	(1.261)	541	1.802	(1.081)	721
Serviços de terceiros	10	9.766	(6.838)	2.928	9.766	(5.861)	3.905
Materiais e manutenção de equipamentos e veículos	10	1.017	(711)	306	1.017	(609)	408
Gastos gerais	10	1.267	(886)	381	1.267	(759)	508
Despesas financeiras	10	6.241	(4.369)	1.872	6.241	(3.745)	2.496
Gastos relativos ao contrato de concessão e amortização de despesas antecipadas	10	9.347	(6.543)	2.804	9.347	(5.608)	3.739
Receitas financeiras	10	(8.476)	5.934	(2.542)	(8.476)	5.086	(3.390)
		61.555	(43.090)	18.465	61.555	(36.934)	24.621

Movimentação da amortização

	2014	2015	
	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Juros sobre notas promissórias	(24.357)	(4.059)	(28.416)
Custos e despesas com pessoal	(1.081)	(180)	(1.261)
Serviços de terceiros	(5.861)	(977)	(6.838)
Materiais e manutenção de equipamentos e veículos	(609)	(102)	(711)
Gastos gerais	(759)	(127)	(886)
Despesas financeiras	(3.745)	(624)	(4.369)
Gastos relativos ao contrato de concessão e amortização de despesas antecipadas	(5.608)	(935)	(6.543)
Receitas financeiras	5.086	848	5.934
	(36.934)	(6.156)	(43.090)

14. Debêntures

	Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva de custo de transação (% a.a.)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 2015	Vencimento final	2015	2014	
1.	2ª Emissão - Série 2	111,00% do CDI	0,1157% (a)	2.539	-	Maio de 2015	-	559.957	(b)
1.	2ª Emissão - Série 3	112,00% do CDI	0,1146% (a)	4.281	358	Maio de 2016	767.034	762.850	(b)
2.	3ª Emissão - Série única	108,67% do CDI	0,0422% (a)	688	315	Abril de 2017	576.870	573.464	(b)
3.	4ª Emissão - Série única	108,00% do CDI	0,01003% (a)	1.353	986	Maio de 2018	561.625	-	(b)
	Total geral				1.659		1.905.529	1.896.271	
	Circulante								
	Debêntures						797.188	588.302	
	Custos de transação						(1.145)	(1.359)	
							796.043	586.943	
	Não circulante								
	Debêntures						1.110.000	1.310.000	
	Custos de transação						(514)	(672)	
							1.109.486	1.309.328	

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Garantia: (b) Fidejussória do acionista controlador.

Cronograma de desembolsos *(não circulante)*

	2015
2017	835.000
2018	275.000
Total	1.110.000

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente. **1.** Em 05 de maio de 2011, foi realizada a 2ª emissão pública de debêntures, no total de 180.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em três séries. As debêntures da 1ª série, com valor nominal total de R$ 500.000, e remuneração de 109,20% do CDI, e as da 2ª série, com valor nominal total de R$ 550.000, e remuneração de 111,00% do CDI foram totalmente subscritas e integralizadas em 10 de maio de 2011 pelo mesmo montante. As debêntures da 3ª série, com remuneração de 112,00% do CDI, valor nominal total de R$ 750.000 foram subscritas e integralizadas em 28 de julho de 2011. As debêntures das três séries foram garantidas por fianças prestadas pelos acionistas na proporção de suas participações à época da emissão, sendo CCR (95%) e Encalso (5%). Os juros estão sendo pagos semestralmente para todas as séries, sendo seus vencimentos de novembro de 2011 até maio de 2014, de 2015 e de 2016, respectivamente, para a 1ª, 2ª e 3ª séries. O principal será liquidado em parcela única, em maio de 2014, maio de 2015 e maio de 2016, para a 1ª, 2ª e 3ª séries, respectivamente. As debêntures podem ser resgatadas antecipadamente mediante o pagamento de prêmio. Um dos principais eventos de vencimento antecipado é a não manutenção, por dois trimestres consecutivos de índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CCR, feita a atualização, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores. Os índices são: Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 e/ou EBITDA/Despesas financeiras que não deverá ser inferior a 2. Em 02 de maio de 2014, foi liquidada a 1ª série da 2ª emissão de debêntures e em 05 de maio de 2015, ocorreu o pagamento da 2ª série da 2ª emissão das debêntures. **2.** Em 15 de abril de 2014, foi realizada a 3ª emissão pública de debêntures, com esforços restritos, num total de 56.000 debêntures simples não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, com valor nominal total de R$ 560.000, as quais têm remuneração de 108,67% do CDI. Os juros serão pagos semestralmente nos meses de abril e outubro e o valor nominal das debêntures será pago integralmente em 15 de abril de 2017, sendo permitido o resgate antecipado nos termos da escritura. Os principais critérios para o vencimento antecipado são: • Distribuir aos acionistas dividendos, inclusive a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a investida tiver sido constituída em mora com relação às debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no estatuto social e os juros sobre capital próprio imputados a tais dividendos mínimos obrigatórios; • Redução do capital social da emissora, que represente mais de 10% do seu patrimônio líquido sem que haja prévia anuência dos debenturistas representando ao menos maioria simples das debêntures em circulação, manifestadas em assembleia especialmente convocada para este fim; • O índice Dívida líquida/EBITDA, obtido nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CCR, seja superior a 4 por dois trimestres consecutivos. **3.** Em 04 de maio de 2015, foi realizada a 4ª emissão de debêntures simples, no valor nominal total de R$ 550.000, em série única, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos e tendo a CCR como fiadora. A amortização será no vencimento, em 04 de maio de 2018, e os juros serão pagos semestralmente a partir de 04 de novembro de 2015, com remuneração de 108% do CDI, havendo possibilidade de resgate total a qualquer momento, sem qualquer prêmio ou remuneração adicional. As principais cláusulas restritivas são: • Não observância por dois trimestres consecutivos do índice Dívida Líquida / EBITDA menor que 4. • Pagamento de dividendos pela controlada e/ou pelas suas acionistas, caso estas estejam inadimplentes com suas obrigações pecuniárias nos termos da escritura de emissão, exceto o dividendo mínimo obrigatório. • Qualquer alteração na composição societária da controlada que resulte na transferência a terceiros do seu controle acionário, sem prévia e expressa aprovação dos debenturistas.

15. Fornecedores

	2015	2014
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	3.478	4.424
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	97	50
Cauções e retenções contratuais (b)	2.648	5.041
	6.223	9.515

(a) Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas desses prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

16. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis. A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2014	2015				
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo final
Não circulante						
Cíveis	-	46	(30)	(16)	-	-
Trabalhistas	574	71	(14)	(29)	67	669
Total	574	117	(44)	(45)	67	669

	2013	2014				
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo final
Movimento em 2014	124	538	(62)	(27)	1	574

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cível e trabalhista no montante de R$ 1.116 e R$ 54, respectivamente. A Companhia possui outros riscos passivos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados a seguir, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tem em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2015	2014
Cíveis e administrativos	66	120
Trabalhistas e previdenciários	347	716
	413	836

17. Provisão de manutenção

	2014	2015				
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	255	2.843	344	(3.128)	2.614	2.928
Não circulante	4.542	-	259	-	(2.614)	2.187
	4.797	2.843	603	(3.128)	-	5.115

	2013	2014			
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Saldo final
Circulante	-	223	33	(1)	255
Não circulante	2.453	1.767	322	-	4.542
	2.453	1.990	355	(1)	4.797

As taxas anuais para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2015, são de 14,75%, 12,34%, 12,62%, 8,20%, 10,14%, 12,29% e 15,77%, respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

18. Patrimônio Líquido: • Capital Social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 917.700 composto por 458.850 ações ordinárias e 458.850 ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em 4 de maio de 2015 foi aprovado através de Reunião de Conselho de Administração o aumento do capital da Companhia no valor total de R$ 38.000 de ações nominativas e sem valor nominal, sendo 50% preferenciais e 50% ordinárias, com preço de emissão fixado em R$1,00 (um real) por ação, subscritas e integralizadas pela acionista CCR S.A., posto que a acionista Encalso Construções Ltda. ("ENCALSO"), em 04 de maio de 2015, manifestou sua falta de interesse de realizar a subscrição e integralização de capital correspondente ao seu percentual de participação na Companhia, que até então era de 1,1966%. Diante disso, o capital social da Companhia passou a ser de R$ 873.700 de ações nominativas e sem valor nominal, sendo 436.850 de ações ordinárias e 436.850 de ações preferenciais. Em consequência ao aumento de capital social subscrito e integralizado pela acionista CCR S.A., em razão de decisão da ENCALSO, fazem constar que o percentual de participação das acionistas passou a ser de CCR 98,8554% e ENCALSO 1,1446%. Em 03 de novembro de 2015 foi aprovado através de Reunião de Conselho de Administração o aumento do capital da Companhia no valor total de R$ 44.000 de ações nominativas e sem valor nominal, sendo 50% preferenciais e 50% ordinárias, com preço de emissão fixado em R$1,00 (um real) por ação, subscritas e integralizadas pela acionista CCR S.A., posto que a acionista Encalso Construções Ltda. ("ENCALSO"), em 30 de outubro de 2015, manifestou sua falta de interesse de realizar a subscrição e integralização de capital correspondente ao seu percentual de participação na Companhia, que até então era de 1,1966%. Diante disso, o capital social da Companhia passou a ser de R$ 917.700 de ações nominativas e sem valor nominal, sendo 458.850 de ações ordinárias e 458.850 de ações preferenciais. Em consequência ao aumento de capital social subscrito e integralizado pela acionista CCR S.A., em razão de decisão da ENCALSO, fazem constar que o percentual de participação das acionistas passou a ser de CCR 98,9103% e ENCALSO 1,0897%.

19. Receitas

	2015	2014
Receitas de pedágio	236.653	220.289
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	5.404	19.319
Receitas acessórias	2.274	2.007
Receitas administrativas	115	-
Receita bruta	244.446	241.615
Impostos sobre receitas	(20.684)	(18.901)
Ganho na arrecadação de pedágio	-	1
Deduções da receita bruta	(20.684)	(18.900)
Receita líquida	223.762	222.715

20. Resultado financeiro

	2015	2014
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(264.989)	(217.102)
Juros e variações monetárias sobre mútuos	(111.227)	(83.307)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(603)	(355)
Capitalização de custos de empréstimos	4.144	4.116
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(330)	(234)
	(373.005)	(296.882)
Receitas financeiras	**(a)**	
Juros e variações monetárias sobre mútuos	43.568	7.108
Rendimento sobre aplicação financeira	2.470	4.073
Juros e outras receitas financeiras	82	57
	46.120	11.238
Resultado financeiro líquido	(326.885)	(285.644)

(a) Os valores estão deduzidos do PIS e Cofins sobre receitas financeiras no montante de R$ 1.190.

21. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro a seguir:

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

continuação

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

	2015			2014		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	22.691	-	-	19.407	-	-
Contas a receber de clientes	-	1.251	-	-	1.168	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	14.587	-	-	12.610	-
Mútuo - partes relacionadas	-	331.355	-	-	330.526	-
Passivos						
Debêntures (a)	-	-	(1.905.529)	-	-	(1.896.271)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(6.305)	-	-	(10.178)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(136)	-	-	(109)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(830.177)	-	-	(735.634)
Obrigações com o poder concedente	-	-	(322)	-	-	(284)
	22.691	347.193	(2.742.469)	19.407	344.304	(2.642.476)

(a) Valores líquidos dos custos de transação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações; • **Contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, mútuo - partes relacionadas, fornecedores, outras contas a pagar e mútuos** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações; • **Obrigações com o poder concedente** - Considera-se o valor contábil desse financiamento equivalente ao valor justo, por se tratar de instrumento financeiro com característica exclusiva, oriundo de fonte de financiamento específico. • **Debêntures mensurados ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelo seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2015		2014	
	Valor contábil (a)	Valor justo (b)	Valor contábil (a)	Valor justo (b)
Debêntures	1.907.188	1.931.224	1.898.302	1.926.575

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", abaixo. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente. **Hierarquia de valor justo:** A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	2015	2014
Aplicações financeiras	22.691	19.407

Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, a análise de sensibilidade nas variações nas taxas de juros. Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2016 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

				Efeito em R$ no resultado		
Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R$ (3)	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures	Aumento do CDI	Maio de 2016	767.392	(39.314)	(48.662)	(57.838)
Debêntures	Aumento do CDI	Abril de 2017	577.185	(88.829)	(111.183)	(133.591)
Debêntures	Aumento do CDI	Maio de 2018	562.611	(86.014)	(107.648)	(129.330)
As taxas de juros consideradas foram (1):				(214.157)	(267.493)	(320.759)
	CDI (2)			14,14%	17,68%	21,21%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo: No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção das taxas do cenário provável: (2) Refere-se à taxa de 31/12/2015, divulgada pela CETIP; (3) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2015, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

22. Compromissos vinculados a contratos de concessão: a. Compromisso com o Poder Concedente: Decorrente do direito de outorga variável: Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subseqüente, correspondente a 3% da receita mensal bruta. A partir de 01 de julho de 2013 a alíquota passou de 3% para 1,5%, conforme deliberado pela ARTESP. O saldo de outorga variável a pagar em 31 de dezembro de 2015 era de R$ 322 (R$ 284 em 31 de dezembro de 2014). No decorrer do exercício de 2015, foi pago ao Poder Concedente o montante de R$ 3.552 referente ao direito de outorga variável (R$ 3.315 no exercício de 2014). **b. Ativo imobilizado transferido pelo Poder Concedente à concessão:** A prática contábil prevista na Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) é a de não registrar o ativo transferido pelo Poder Concedente. **c. Compromissos vinculados à concessão:** Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 31 de dezembro de 2015 esses compromissos estavam estimados em R$ 400.846 (R$ 426.587 em 31 de dezembro de 2014). Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

23. Demonstração dos fluxos de caixa: A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

Composição do Conselho de Administração

Antônio Linhares da Cunha - Conselheiro
Arthur Piotto Filho - Conselheiro
Ítalo Roppa - Conselheiro
Leonardo Couto Vianna - Conselheiro
Marcus Rodrigo de Senna - Conselheiro
Paulo Yukio Fukuzaki - Conselheiro
José Braz Cioff - Conselheiro
Renato Alves Vale - Presidente do Conselho

Composição da Diretoria

Eduardo Siqueira Moraes Camargo
Diretor Presidente
Marcelo Bandeira Ferreira Boaventura
Diretor

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. - Barueri- SP

Introdução: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase:** Chamamos a atenção para o descrito na nota explicativa nº 1, que menciona a ação popular protocolada em 15 de dezembro de 2008 na qual pleiteia a anulação do contrato de concessão de operação do Rodoanel Mário Covas, objeto operacional da Companhia. A ação foi julgada procedente em primeira instância e posteriormente suspensa com liminar até o trânsito em julgado para conclusão da referida ação. Visando anular o processo desde a citação inicial a ação se encontra em fase de recurso a fim de que o autor emende a petição inicial, o qual aguarda processamento desse recurso de agravo. Os assessores jurídicos da Companhia estimam que um desfecho favorável da causa à Companhia é possível. Nossa conclusão não está modificada em virtude deste assunto.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2016

Deloitte.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Alexandre Cassini Decourt
Contador
CRC nº1 SP 276957/O-4

Assine o **Diário Oficial**

Tabela de preços do Diário Oficial impresso

Diários Oficiais	Anual	Semestral	Trimestral
Executivo I	R$ 1.059,30	R$ 556,13	R$ 291,97
Executivo II	R$ 1.059,30	R$ 556,13	R$ 291,97
Empresarial	R$ 1.059,30	R$ 556,13	R$ 291,97
Cidade de São Paulo	R$ 1.059,30	R$ 556,13	R$ 291,97
Ordem dos Advogados do Brasil	_____	R$ 556,13	_____

Imprensa Oficial, garantia de transparência e segurança de informação

Central de atendimento ao cliente

SAC 0800 01234 01
fax 11 2799 9734

A Imprensa Oficial não possui revendedores autorizados.

www.imprensaoficial.com.br

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente